

# O PREÇO AMARGO DAS PARCERIAS DOS ASSENTAMENTOS COM AS USINAS

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>  
Luís Antonio Barone<sup>2</sup>  
Henrique Carmona Duval<sup>3</sup>*

**Resumo:** A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais, sobre o passado/ presente/ futuro dessas experiências. A análise da parceria com as agroindústrias é atravessada, do nosso ponto de vista, pela noção de trama de tensões, exigindo que sejam submetidas ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, assim como as conseqüências sócio-econômicas e ambientais da problemática transformação dos assentamentos rurais em celeiros da cana.

**Palavras-Chave:** Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Expansão da Cana, Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais.

## **Introdução: um itinerário de questões polêmicas**

Dados reveladores da expansão da cultura canavieira são inegáveis. Novos produtores estão sendo continuamente agregados aos complexos agroindustriais, com a constituição de novas usinas/destilarias envolvendo grupos econômicos que já atuam no mercado, abrindo espaço para outros, inclusive estrangeiros. O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos, no circuito do qual, usinas sustentadas por relações familiares têm fechado, o que tem prejudicado os

<sup>1</sup> Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

<sup>2</sup> Professor-Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente (SP).

<sup>3</sup> Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar e Bolsista de Apoio Técnico – Nupedor.

pequenos municípios que têm sua vida econômica norteadada pela presença das agroindústrias e agravado as condições, já difíceis, dos trabalhadores rurais que vivem da cana.

A presença revigorada da cana nos assentamentos rurais expõe o futuro destas experiências de Reforma Agrária a controvérsias da natureza diversa, o que exige um olhar atento e crítico sobre esta trajetória.

Dados do IEA/SEADE (2005) mostram que os municípios que têm 70% de produção com cana no Estado de São Paulo têm os mais baixos índices paulistas de responsabilidade social. Em outros termos, dados apologeticos da cana como vanguarda na produção de renda contrastam com outros (PNAD, 2004) que mostram um agravamento dos índices de responsabilidade social (educação, qualidade de vida, segurança alimentar) nos municípios com predomínio da cana na sua área agrícola.

Diante desta expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos têm entrado nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. O início e ampliação do plantio de cana nos lotes dos assentamentos – processo que tem na região mais modernizada da agricultura paulista, cerca de 15 anos de idas e vindas – tem modificado o modo de vida criado neste espaço. De quem é a responsabilidade? Como interpretar esta expansão? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? Como efeitos da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas face à política de créditos e de comercialização? Como uma manifestação de desobediência face às diretrizes dos órgãos gestores para a política de assentamentos que proíbem os arrendamentos dos lotes?

Ainda mais, poderíamos associar a complexa transformação dos assentamentos rurais em celeiros de cana à possível falência das experiências de reforma agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia e de desenvolvimento enquanto liberdade, sugeridas pelas políticas de assentamentos. Explicitando, se tomarmos a relação dos assentamentos com o desenvolvimento, não direta, nem linear, mas pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sócio-político? Se a expansão da cana aparece associada ao agravamento dos índices de segurança alimentar frustra-se a perspectiva dos assentamentos terem uma produção de alimentos de qualidade? A progressiva

presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados face ao ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais?

Mais recentemente, sob o comando da Polícia Federal, em apoio ao INCRA, a ordem de reintegração de posse no assentamento Bela Vista do Chibarro provocou despejos, agressões, ameaças, incêndios de barracos, levando a reforma agrária a ocupar tristemente as manchetes policiais. Demonstração viva de que além de questões de princípio e da forte argumentação de que a presença da cana compromete a produção de alimentos, os conflitos têm efetivamente criado divisões no campo político-econômico ligadas, direta ou indiretamente, à expansão, em escala crescente, da cana. Movimento que não se dá por livre escolha dos assentados, mas envolve todo um orquestramento de interesses.

Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais, os quais, nessa região, são formados por ex-bóias-frias que já passaram pelo sistema de poderes e controles do trabalho na cana.

### **A cana e o modo de vida dos assentamentos**

A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes, parecem submergir a um sistema comandado pelo agronegócio. No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana nos assentamentos interferem significativamente no presente / futuro dessas experiências.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos nos mostra a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional.

Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados neste processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes também podem ser constatadas. Daí a necessidade de discutir a relação cana/assentamentos em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional, bem como através das tensões que se expressam no campo político-econômico (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2003).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

A presença e expansão da cana exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados tem se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações.

O cotidiano dos assentamentos mostra homens e mulheres assentados buscando autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com característica específica. A presença da cana entra em choque ou implica em restrições concretas à busca dessa autonomia.

Tais questões nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Como fica esta expansão na definição de estratégias e iniciativas por parte dos trabalhadores assentados, na busca de //reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam?

Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (PUTNAM, 2000; SILVA, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa

integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que precisam ser submetidas a um crivo analítico.

A expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível ethos camponês. Envolve conflitos, resistências e acomodações.

Temos certeza de que nos assentamentos, existe uma reivindicação do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reivindicação que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social, os quais se expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (BARONE, 2000). A expansão da cana leva à emergência de novas racionalidades? Estratégias e projetos colocam, frente a frente, as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

### **O vai e vem da entrada da cana nos assentamentos rurais**

Há quinze anos, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local – uma usina próxima localizada na região de Araraquara – e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/ reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistiam em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana foi mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (PINASSI, QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, reiterando a importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político-social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (STETTER, 2000).

No final de 1992, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “favela rural”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

O exame das peças constitutivas desta proposta de consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, a qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começou a ganhar mais adeptos. Apesar do crescimento do número de famílias interessadas - de 70 a 80% - em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, nas últimas décadas, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

## **A legalização da presença da cana: divergência na posição dos órgãos gestores**

No início, o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, pareceu assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipulou-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que passou a ocorrer. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas que passam a entrar, sem pedir licença, nas casas e nos lotes dos assentados.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas da ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados” (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, voltou a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há mais de 7 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual procurou nos

últimos anos, retomar seu papel, solicitando reintegração de posse dos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Situação que tem acirrado os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação. A posição do INCRA tem sido frontalmente contrária ao plantio de cana. Iniciativas, ainda que tímidas, de outras alternativas de produção/ reprodução social têm sido propostas pelo INCRA que tem buscado, na parceria com a FERAESP e com a Prefeitura Municipal de Araraquara, construir outro caminho para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Construção que tem enfrentado conflitos e cisões.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias cerca de 20 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Neste mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato dos assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

A queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

### **O quadro presente das parcerias**

O que significam, efetivamente, os contratos feitos em parceira com empresas ou agroindústrias?

Voltamos a afirmar que a grande diferença entre as diversas parcerias

com o setor privado é a não utilização da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática (STETTER, 2000; BAÚ, 2002). Plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002, a portaria do Itesp (Nº 075/2002), como já afirmado, regulamenta a cultura em metade dos lotes deste assentamento. Esta grande pressão da cana se deve, sobretudo, à estrutura agrária da região, principal pólo produtivo do Brasil.

Verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

No caso das parcerias com usinas canavieiras temos duas situações, que diferem devido ao tratamento dado pelos órgãos gestores, Incra (Bela Vista) e Itesp (Monte Alegre). Tais diferenças entre as posições dos órgãos gestores não serão objeto destas reflexões que têm, como prioridade de análise, a discussão das controvérsias e das armadilhas, muitas vezes dissimuladas que se apresentam nas sedutoras parcerias propostas pelas usinas aos assentamentos rurais.

### **O risco do arrendamento: as armadilhas dos contratos**

Regulamentada em setembro de 2002, a portaria 75 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em, no máximo, metade do lote durante cinco anos (aproximadamente 7 hectares) com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a

algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, porém, nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não puderam contar com esses serviços feitos pela usina. Eles tiveram que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina. Problemas desses serviços feitos por funcionários de usina são retratados nas representações dos assentados.

Houve um caso que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. Deveriam ter cobrado da usina que fizesse o serviço novamente. O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as baquearas dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando, tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros. Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir, quando o certo é o Itesp saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato

também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo foi descontado do lucro da primeira colheita. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos, como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial nos 40 lotes, o que tem prejudicado os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores do que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. (...)

Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento. (Diário de Campo, 2006).

Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfiças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra.

O dinheiro da primeira colheita que sobrou líquido para ele (um dos assentados) mal paga os insumos que terá que colocar para esta segunda safra. Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil receberá em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagará 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na

formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente à distância que estão dela (18 Km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão-de-obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo.

De adubo para a segunda safra, que ficará a cargo dos assentados colocar, precisa agora 500 Kg por hectare. São 3.500 Kg que custarão 3.150 reais para colocar nos 7 hectares e ainda mil reais de calcário e herbicida, numa estimativa subestimada. Se sobraram 9 mil reais, precisa-se descontar 2 mil da mão de obra, mas só tem 3,4 mil que recebeu no ato da entrega da cana, portanto já precisou de dinheiro de outra fonte para aplicar no canavial para começar a segunda safra. Disse que sobrar limpo mesmo para ele, mas parcelado, 4 mil reais por dezoito meses da cana em sua terra e seu trabalho, isso corresponde a R\$ 222,22 por mês de renda com a cana. Mas como precisará investir no canavial para a segunda safra ele não conta que teve lucro algum. (Diário de Campo, 2006).

Ao contrário do que proclamavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas como, por exemplo, a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexo, de resultados não imediatos.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp, constatamos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados em 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare ficando com renda líquida de 35 mil reais, plantando 6,5 hectares ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recai o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de

que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento.

Progressivamente, crescem as desconfiças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato deles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro:

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela. Depoimentos de alguns assentados indicam sua desconfiça diante do fato de terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo.

Tais assentados afirmam que: para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito. Ainda sobre este fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades, o que gera a recriação de clientelismos nesse sistema de poderes e controles.

Há também acusações de desvios no lucro dos assentados, policiação intermediária de funcionários das usinas.

Disse não concordar com um contrato que “prende sua terra” por cinco anos, que assim você não tem sua liberdade. Ainda que, como já trabalhou em usina, disse que eles roubam os trabalhadores que cortam a cana na hora da pesagem, apostando também no roubo de insumos colocados no canavial que são descontados em tonelagem. Acha errado o assentado confiar tudo nas mãos dos funcionários da usina, assim como deixar passarem insumos nos lotes que vêm prontos nos tratores (o trator chega carregado e só passa os insumos nos lotes), não presenciar a pesagem da cana, pois ela não ocorre no assentamento, depender da

usina nos serviços de preparação da terra (maquinário), de plantio e colheita (turmas de trabalho que a usina organiza) e de transporte feito pelos treminhões, pois em todos esses serviços vê brechas para o lucro do assentado diminuir, em benefício do lucro da usina. (Diário de Campo, 2006).

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que lhes garante alimento e renda da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada.

No lote dele há grande diversidade na área sem cana e já dá um trabalhão para cuidar. A cana tem sido boa, pois não dá esse trabalho para ele, mas tem um retorno financeiro bem maior.

Então seu lote é dividido no meio: um pouco menos da metade tem cana para a usina, na outra metade tem milho, arroz, feijão (carioca e roxinho), quiabo, maxixe, pimenta cumbará, chuchu, batata, abobrinha, mandioca, pimentão, banana (santo mel – que dá dois cachos -, nanica e maça), acerola, pinha, fruta do conde, manga (três tipos), limão, mamão, abacate, jaca e laranja. Tem também uma árvore que fornece para ele a vassoura, é só arrancar o galho e sair varrendo.

(...) Perguntei sobre a cana e ele falou que era tudo arrendado. Ele não tem muito trabalho além da carpa, nem mexe na cana. Quem mexe é o pessoal da usina e ele só recebe o dinheiro pela tonelagem. Falou que as queimadas já começaram no assentamento, aí tem um outro assentado que traz a turma para o corte em cada lote depois que a cana está queimada. (Diário de Campo, 2006).

Há igualmente exemplos de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes fornecem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta gera a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, situações que são, no presente quadro, exceções.

Cederam à cana no ano passado porque mesmo procurando diversificar, boa parte do lote ficava sem produzir. Então plantou cana por ela dar renda bruta de uma vez, bom para investimentos. Falou que não tem contrato com a usina, que tem apenas um “combinado”, mas certamente possui um contrato assinado ou outro documento (percebi que ele não queria mostrar). A única mão de obra dele na cana é a carpa (trato nos matos que crescem junto), o resto é feito pela usina e descontado em tonelagem. Aliás, nem tudo é feito diretamente pela usina. Tem um assentado que terceiriza o maquinário e as turmas de trabalho. Esse senhor assentado tem três tratores grandes e é “turmeiro” (chama turmas de trabalho para plantio e colheita de cana), faz esses serviços para quem planta cana para usina no assentamento e é como um representante dos serviços da usina. O transporte é terceirizado com gente de fora do assentamento e, as mudas, a usina fornece. (Diário de Campo, 2006).

A cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes.

A parceria se reveste de roupagens enganosas. Os assentados que têm, em princípio, na terra, condições novas de reprodução social retornam na condição de “parceiros associados” à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-bóias-frias explorados pelo trabalho nas usinas. O INCRA, na posição de ser contrário à cana reitera a necessidade da reforma agrária gerar políticas públicas para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanismos de controle, de poderes e de exploração de trabalhadores. Isso não vem ocorrendo com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades, em alternativas de interesse aos assentados e coniventes até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação junto ao complexo canavieiro.



Não se pode generalizar, mas em alguns lotes, ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função da pluriatividade, que envolve assalariamento fora do assentamento.

### **Representações das parcerias: o inferno da Reforma Agrária**

A situação descrita anteriormente gera representações plenamente negativas das parcerias, assim como ações práticas de rescisão das mesmas.

“Esta é uma história de parceria de semi-analfabetos com grandes. Parceria que envolve usina, prefeitura (de Motuca) e assentados. Quem serão os que vão se beneficiar?

Antigamente, via muitos assentados endividados, sem poder pegar financiamento para nada e não podendo plantar. Muitos venderam e saíram do assentamento pior do que entraram, foram para cidades contrariados, pois não são da cidade. Quando fazem isso, acabam por sobrecarregar o sistema de saúde, de educação, de transporte dos municípios, aumenta a violência etc. Vendo isto, e também passando minhas dificuldades, também entrei na luta pelo plantio de cana no assentamento.

O contrato de parceria prevê cinco anos, ou melhor, cinco safras de fornecimento de matéria-prima, do assentado para a usina. Não dá cinco anos, por que a primeira safra é de 18 meses e as restantes de 12 meses. Percebi que na primeira já não tive um lucro satisfatório com o plantio de cana e, não tendo na primeira, as demais não me reservariam o sucesso esperado”.

Este assentado se orgulha em ter quebrado seu contrato logo após o segundo corte da cana em seu lote, não fazer mais parte desta enganação, matança de animais e matas nativas. Mas quem fica, continua conivente e ainda gera externalidades aos assentados que não plantam cana e são obrigados a conviver com o efeito de vizinhança. É assim

com as queimadas e com os agrotóxicos passados por avião ou por trator: matas nativas e plantações alheias são queimadas, morrem abelhas, insetos, microorganismos, animais, homens e famílias, contamina a água. Outros problemas são que os assentados, segundo o sr. Bellintani, se vendem, são manipulados facilmente, não trabalham como deveriam na terra e o Itesp não fiscaliza, os contratos amarram os assentados.

Praticar a monocultura da cana, em parceria com uma usina é uma atividade que foge completamente aos princípios da reforma agrária. É o mesmo que se aliar àqueles que, paradoxalmente, foram o motivo da expropriação social de outrora, enquanto agricultores que eram, e da necessidade de luta pela terra. (Diário de Campo, 2007).

Enquanto o senhor Bellintani, assentado da Fazenda Monte Alegre dava este depoimento, apareceram alguns tico-ticos numa árvore onde ele costuma colocar comida para os pássaros. Eles vieram pedir comida! O sr. Bellintani chamou sua filha e pediu para ela colocar um ‘punhadinho’ de arroz no cocho, que fica amarrado numa árvore. Ela o fez e ficamos observando. Os pássaros não vieram. Aí ela deu umas batidinhas no pote, como quem diz: - olha, agora tem comida aqui! Logo após, dois passarinhos vieram comer o arroz. Neste momento deu para ver no rosto do assentado sua satisfação em ter pássaros que vão à sua casa pedir comida.

Continuando nossa conversa, o mesmo sugeriu que especialistas médicos venham colher saliva das pessoas para ver os resíduos. Segundo ele, há exames que por meio da análise da saliva conseguem dimensionar o quanto as pessoas estão sendo contaminadas pelos venenos. Muitos ficam inválidos, doentes, contaminados, aí ninguém vem ver. A tecnologia que chega a eles é a máquina o pacote agrícola. As conseqüências, ninguém cuida.

A decisão de deixar a parceria parece estar se ampliando, movida por medos, conflitos, vontade de retornar à condição anterior, representada como uma alternativa ao “trabalho cativo”. No presente, a Feraesp tem, sob sua orientação, por solicitação dos assentados, mais de 30 processos de petição de rescisão dos contratos, o que expressa, sem dúvidas que não há somente sinais verdes dando passagem às parcerias.

### **Concluindo ou propondo novos dilemas**

Com certeza, impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica

regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. Há complicadores especificados nos “arranjos” pouco claros dos contratos e nas representações vivas de parte significativa dos assentados das parcerias como um fator inibidor de sua liberdade.

Com a expansão da cana, quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar aos assentados tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas perspectivas de renda, sem prejuízo das alternativas de participação, de inclusão e de organização social? A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados podem imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica fica, em princípio, prejudicada.

A própria eleição direta dos representantes do assentamento acabou sofrendo solução de continuidade (no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro). Praticamente é cassada a liberdade de escolha dos assentados que passam a ter seu espaço “vigiado” por outros. Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana.

Neste quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambigüidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam na experiência da reforma agrária.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, novamente, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidade e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras

e agro-industrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira, analisados, neste artigo, como expressões do habitus camponês. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

O caso de assentamentos vizinhos às usinas que chegam a fornecer cana mediante projetos do Pronaf, financiando todo processo produtivo da cana aguça as contradições dessa trama de tensões. Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria “especial”, justificados pela nova condição dos assentados na parceria mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica. O preço amargo das parcerias produz ônus social e ameaça direitos conquistados ao longo das vidas desses trabalhadores rurais.

Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda

escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento de tecnologias de gestão da agricultura familiar etc.

Questões e dilemas que se apresentam, tal como no caso da cana, em escala crescente. De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Neste circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa “pressão” exercida pelos jovens filhos de assentados para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social.

Como já foi reiterado, a análise dos assentamentos unicamente pela lógica da integração a economias capitalistas regionais não contempla práticas de cooperação familiar e vicinal e a montagem de empresas cooperativas. Este fator, somado a uma comprovada orientação tradicional para suas vidas, leva a uma cooperação intermitente e ocasional, tendo como base social a organização familiar e a vicinalidade, que parecem submergir quando os olhares dos assentamentos se detêm na cana.

A reciprocidade “horizontal”, preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural (BARONE, 1996; 2000), tem construído uma rede de relações que tem contribuído em muito para a permanência dessas famílias na terra. Situação a demonstrar a necessidade dos assentamentos serem analisados igualmente a partir dos padrões de solidariedade múltipla que se fazem presentes em vários campos da vida social dos assentados. Assim, quando as comunidades religiosas organizam festas para arrecadar fundos para construção das igrejas, independentemente do credo religioso, as famílias fazem doações. Igualmente, membros de igrejas evangélicas (da Assembléia de Deus, por exemplo) doam “prendas” (um frango, por exemplo) para a comunidade católica e vice-versa. As atividades de trocas mútuas no meio rural se dão em meio às relações pessoais, em situações extremamente diversificadas, diferentemente dos vínculos impessoais pressupostos pelas trocas mercantis ou pelos mecanismos universalizantes do direito moderno.

Essa “ordem moral”, que prima pelo respeito à família e à terra, é própria do universo camponês em todos os cantos do mundo. Segundo Klaas Woortmann (1990), terra, família e trabalho são “categorias nucleantes e relacionadas” para o campesinato, isto é, não são pensadas separadamente e organizam valores a partir dos quais se movem os agentes sociais.

Se a soma de forças - necessária para vencer as dificuldades na terra - é contemplada pelo fortalecimento das relações familiares, de vicinalidade e de sociabilidade religiosa, vetores da reciprocidade horizontal preconizada pelos códigos morais<sup>4</sup>, a análise dos exemplos concretos de parceria com a cana revelam a tendência a ser fragilizada a capacidade de organização dos assentados baseada nos códigos da ordem familiar.

De um outro ângulo, pode-se dizer que em circuito ampliado a parceria com a cana se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social, comprometendo a autonomia familiar em seu processo de produção e de reprodução social. A par destes paradoxos, acirram-se no presente, conflitos com o órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público em vista de denúncias do Incra de irregularidades na relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com a finalidade da Reforma Agrária, ações que envolvem cerca de 17 famílias no Assentamento Bela Vista do Chibarro, mas vêm tendo repercussões em todo conjunto da população assentada. Conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana que está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares responsáveis pelo acirramento das divisões que têm levado a Bela Vista a ser alvo de manchetes policiais.

Por outro lado, problemas ambientais e outros são atribuídos pela União Nacional das Indústrias Canavieiras à incapacidade dos pequenos produtores fornecedores de cana de alcançarem patamares ambientais e de produtividade dos usineiros. Atribuições que acenam com possíveis mudanças na relação das usinas com os pequenos produtores, com perspectiva de aumentar a discriminação e a dependência dos pequenos fornecedores ao circuito dos complexos agroindustriais.

Com cautela, pode-se dizer que a expansão da cana tem reavivado a trama de tensões, mas não pode ser vista como guardiã necessária ou detentora única do destino final do futuro dos assentamentos de Reforma Agrária. Ao contrário, o preço amargo das parcerias tem mostrado aos defensores destas experiências, a premência de uma agenda efetiva para os assentamentos, comprometida com novas e diferenciadas escolhas sociais e políticas.

---

<sup>4</sup> Sobre esses códigos, também qualificados de “códigos de re-conhecimento social”, ver BARONE, L.A. Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FCL/UNESP, Araraquara. Capítulo I “Sobre os códigos de re-conhecimento social”, pp.12e ss..

## Referências

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade:** a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FCL/UNESP, Araraquara.

BARONE, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, 2000.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL-UNESP, Araraquara.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; KURANAGA, A.A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. In: II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2005, Feagri/Unicamp, Campinas. **Anais...**, Campinas, 2005.

BAÚ, C.H.R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara-SP:** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. (Orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo.** Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.

DUVAL, H.C. et al. Produção de Autoconsumo em Assentamentos Rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco-AC. **Anais...**, Rio Branco-AC, 2008. No prelo.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. **Perspectivas**, São Paulo, EDUNESP, n.11, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M.P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. In: XLII Congresso da SOBER, 2003, Juiz de Fora. **Anais...**, Juiz de Fora, 2003. CD-ROOM.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder Local e Assentamentos Rurais:** expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, NUPEDOR/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais:** impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA/Uniara, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais no Território da Cana: controvérsias em cena. **Revista NERA.** Presidente Prudente, UNESP, v. 11, p. 1-11, 2007.

HOUTZAGER, P.P. **Os últimos cidadãos:** conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Globo, 2004.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais.** Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. **Assentamentos Rurais.** Reforma Agrária em migalhas. Niterói. EDUFF 1997.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.6, p.40-58, 1998.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais? **Revista de Reforma Agrária**, Campinas, ABRA, n.2, v.23, maio/agosto, 1993.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia.** A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, R.A. da. Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: parcerias, a formação de capital social. In: FERRANTE, V.L.S.B. ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/UNIARA, 2005.

SILVA, M.A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STETTER.E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/FCL-Ar, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/ Unesp, ano VI, n.8, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA, 2003.

WHITAKER, D.C.A. BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecosistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas: Alínea, 2006.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, n.87, 1990.

## O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE RESSOCIALIZAÇÃO E GESTÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SÃO PAULO

*Luis Antonio Barone<sup>1</sup>*

*Marluse Castro Maciel<sup>2</sup>*

*Martha Esthela dos Santos Silva<sup>3</sup>*

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>4</sup>*

**Resumo:** Este trabalho, desenvolvido a partir de vários estudos de caso, avalia o alcance das experiências de gestão comum dos recursos econômicos dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo. O ganho de longo prazo que o cooperativismo pode representar no desenvolvimento dos assentamentos não se mostra num primeiro momento. Mas, as informações reunidas neste trabalho problematizam a experiência cooperativa nos assentamentos para além do imediatismo de possíveis carências das famílias assentadas. Mesmo em situações nas quais existe uma relativa formação política em prol do coletivismo (caso da Reunidas, em Promissão), a radical separação entre a gestão dos recursos do assentamento e a base social dos trabalhadores se mostra um obstáculo no sentido de se viabilizar a organização cooperativa. Toma como perspectiva o conceito de “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen e põe, sob crivo analítico, as variações das estratégias associativas nestes espaços sociais complexos.

**Palavras-Chave:** Assentamentos Rurais; Associativismo; Desenvolvimento; Gestão Territorial.

### Introdução: explicitando a perspectiva analítica

Um dos aspectos mais importantes – e também mais controversos – do processo de ressocialização dos trabalhadores sem-terra nos projetos de

<sup>1</sup> Professor da FCT, UNESP, Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela FFLCH/USP, bolsista CNPq.

<sup>3</sup> Aluna de graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, bolsista IC/CNPq.

<sup>4</sup> Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.